

# **“A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA COMO FORMA DE SALVAGUARDAR A MORALIDADE NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS.”**

## **Autor(res)**

Ana Carolina Fontes Figueiredo Mendes  
Karina Gabriella Moura Mendes De Abreu  
Alessandra Viana Dos Santos

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

FACULDADE PITÁGORAS DE PARAGOMINAS

## **Introdução**

O princípio da boa-fé objetiva é um dos pilares do Direito Contratual moderno e consiste na exigência de lealdade e confiança recíprocas entre as partes envolvidas em uma relação contratual. Desse modo, a aplicabilidade desse princípio se apresenta como uma importante forma de salvaguardar a moralidade na celebração de contratos. Isso porque a boa-fé objetiva impõe aos contratantes o dever de agir com honestidade e transparência, buscando sempre atender aos interesses de ambas as partes, respeitando os valores éticos e morais que norteiam a convivência em sociedade. Quando um contrato é celebrado com base na boa-fé objetiva, há uma maior segurança jurídica para as partes envolvidas, pois todos os termos e condições negociados são transparentes e claros, de modo a evitar possíveis litígios decorrentes de interpretações divergentes. Ademais, a aplicação do princípio da boa-fé objetiva possibilita punições aos contratantes que agem com má-fé, como por exemplo, no caso de cláusulas abusivas.

## **Objetivo**

Este trabalho tem como objetivo analisar o princípio da boa-fé objetiva no âmbito do direito contratual. Inicialmente, serão apresentados os conceitos básicos de boa-fé objetiva. Em seguida, serão abordados os fundamentos teóricos e históricos da boa-fé objetiva, bem como sua evolução no direito contratual.


## **Material e Métodos**

Para atingir o objetivo proposto e a elaboração deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica acerca do tema. O trabalho foi desenvolvido em duas etapas onde na primeira foram colhidos dados bibliográficos, e construído o arcabouço textual. Na segunda etapa foi realizada a contextualização, redação e revisão do conteúdo.

## **Resultados e Discussão**

O princípio da boa-fé objetiva desempenha um papel essencial na salvaguarda da moralidade na celebração de contratos. Ele estabelece um padrão de comportamento ético e leal que as partes devem seguir durante todas as fases do contrato, desde a negociação até a execução.





A boa-fé objetiva é um princípio basilar do direito contratual que tem como base a honestidade, a lealdade e a cooperação entre as partes envolvidas em um contrato. Diferente da boa-fé subjetiva, que se baseia nas intenções e crenças individuais das partes, a boa-fé objetiva estabelece padrões de comportamento objetivos que devem ser seguidos no âmbito contratual.

A boa-fé objetiva está presente em diversos sistemas jurídicos ao redor do mundo e desempenha um papel crucial na formação, execução e interpretação dos contratos. Ela visa assegurar a confiança mútua entre as partes, promover a equidade e a justiça contratual, bem como prevenir abusos e comportamentos desleais.

### **Conclusão**

Em conclusão, o princípio da boa-fé objetiva desempenha um papel fundamental na preservação da moralidade na celebração de contratos. Ao exigir honestidade, integridade, lealdade e respeito aos valores éticos, a boa-fé objetiva garante que as partes ajam de forma ética e justa, promovendo relações contratuais baseadas na confiança e na moralidade. A boa-fé objetiva desempenha um papel essencial na formação de contratos justos e equilibrados, na prevenção de abusos e na resolução de disputas cont

### **Referências**

BONOMO, Leonardo. Boa-fé objetiva: Uma perspectiva civil-constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011.

Gagliano, Pablo Stolze ; Filho, Rodolfo Pamplona – Manual de Direito Civil. Volume Único. 6ª ed. São Paulo. Saraiva. 2017. 712p.

LARENZ, Karl. Derecho de Obligaciones. Barcelona: Bosch, 2003.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Contratos. São Paulo: Saraiva, 2020